

2 Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dez horas e trinta e
3 oito minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de
4 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e
5 quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se o primeiro dia da trigésima sétima sessão
6 plenária do décimo sétimo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes
7 nessa ocasião, entre Conselheiras e Conselheiros: Rosane Lorena Granzotto, Marisa
8 Helena Alves, Célia Zenaide da Silva, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Paulo Roberto
9 Martins Maldos Elizabeth de Lacerda Barbosa, Márcia Maria Badaró Bandeira, Júnia Maria
10 Campos Lara, Andréa Esmeraldo Câmara, Rogério Giannini, Fabiana Itaci Corrêa de Araújo,
11 Fabián Javier Marin Rueda, Ana Sandra Fernandes Arcóverde Nóbrega e Norma Celiane
12 Cosmo. Andréa Esmeraldo abre a Plenária passando a palavra a Marisa Helena para
13 informes. Marisa informa que a referência técnica de segurança pública do CREPOP está
14 pronta, mas será lançada em janeiro, pois está em revisão. E a de povos tradicionais será
15 lançada no dia 12 em Brasília. Andréa Esmeraldo também informa do adiamento do
16 seminário sobre população de rua, que seria em São Paulo nos dias 18 e 19 de novembro,
17 mas por questões de estrutura e solicitação do Movimento Nacional para População em
18 Situação de Rua, precisou ser adiado. O atual Plenário comprometeu-se a levar a iniciativa
19 para o próximo Plenário. Rogério Giannini reforça a ideia de que isso seja pautado para
20 próxima gestão. Andréa Esmeraldo lê um poema de Mário Quintana que fala sobre as
21 utopias. Agradece a parceria dos Conselheiros e funcionários. Na sequência, passa para **1.**
22 **APRECIÇÃO DAS ATAS DA APAF DE MAIO DE 2019.** Andréa Esmeraldo afirma que as atas
23 já foram corrigidas e enviadas na primeira remessa, para aprovação da APAF. **2.**
24 **PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA PARA O EXERCÍCIO**
25 **DE 2020.** Norma Cosmo apresenta o orçamento. A posição do CFP é solicitar a aprovação
26 das contas. Afirma que o orçamento passará primeiramente pela reunião de tesoureiros.
27 **4.12 GT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.** Norma Cosmo faz a apresentação do GT. Fala
28 sobre a necessidade de um novo sistema de gestão que foi comprado e que agora está
29 sendo implantado em todo o país, começando por São Paulo, pois é o Conselho Regional
30 onde é possível operacionalizar todos os módulos. A expectativa é de ficar pronto em abril
31 no Estado. O GT está acompanhando a implantação do SEI no CRP-04. O GT iniciou os
32 estudos de implantação de sistemas de telefonia e software relacionados ao projeto de
33 ouvidorias para os CRPs. Iniciou o processo de contratação da plataforma Atos Oficiais.
34 Iniciou a construção do Plano Nacional de Tecnologia da Informação. Realizou o 1º
35 Seminário Nacional de Tecnologia da Informação. O posicionamento do CFP é pela
36 continuidade do GT para acompanhar a implantação do SEI, Sistema de Gestão,
37 elaboração do PNTI, e demais tarefas. **4.14 GT EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E CURSOS**
38 **IRREGULARES.** Norma Cosmo afirma que foi realizada uma reunião telefônica na qual foi
39 discutida uma metodologia de trabalho para ser possível trabalhar com as comissões de
40 orientação e fiscalização. Foram solicitadas informações dos regionais, que devem voltar
41 ao CFP, para que seja possível elaborar uma minuta de Resolução sobre os estágios e
42 serviços escolas. O mesmo está sendo feito para EAD, será encaminhado para os regionais
43 um instrumento para que as COFs, que recebem as denúncias, as sistematizem. Também
44 estão pensando uma grande campanha para a sociedade sobre a EAD e cursos irregulares.
45 O objetivo é aprovar essa campanha para que já possa ser feita a partir do ano que vem.
46 Uma nota de orientação deve ser elaborada sobre o tema. Fabiana Itaci lembra que o
47 CFESS fez uma campanha sobre o assunto. Elizabeth Barbosa ressalta a importância do
registro no CRP para o supervisor de estágio, a especialidade na área, e a previsão da

Handwritten signatures and initials on the right margin:
- A large signature at the top right.
- A signature below it.
- The initials "Sina" and "a" below that.
- The initials "A" below that.
- A signature below that.
- The initials "R" below that.

Handwritten signature at the bottom left.

Handwritten signature at the bottom center.

Handwritten signature at the bottom right.

49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94

quantidade de estagiários por supervisor. E fala também sobre a relação de pagamento, que estes pontos precisam ser contemplados na Resolução. O posicionamento do CFP é o de buscar a continuidade do GT. **4.20 GT FUNDO DE SEÇÕES.** Norma Cosmo lembra que à época que surgiu essa demanda havia muitas seções, porém hoje o número está reduzido. Foi enviado um questionário para os Regionais, o material já voltou para o CFP, e agora é preciso fazer sistematização das informações. O trabalho ficou suspenso durante o período eleitoral. O fundo de seções deve destinar um valor para que as seções possam se organizar, criando condições para a posterior emancipação. O posicionamento do CFP é o de manter o GT. **5. DEFINIÇÃO DA COMISSÃO EDITORIAL DA RESOLUÇÃO CFP Nº 12/2018.** Norma Cosmo explica que o ponto será apresentado na reunião de tesoureiros para alinhar quais serão os membros da comissão. Em seguida a comissão deve ser aprovada em APAF. **6. MINUTA DE PAUTA REUNIÃO DE TESOUREIROS DEZEMBRO 2019.** A pauta inclui os seguintes pontos: **1. ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DOS REGIONAIS.** Norma explica que serão apresentados aos Tesoureiros os dados financeiros de 2019 enviados pelos Conselhos Regionais. **2. GT FUNDO DE SEÇÕES.** Já discutido. **3. INDICAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO FINANCIAMENTO DE PUBLICAÇÕES.** Já discutido. **4. INDICAÇÃO MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE SUSTENTABILIDADE.** Trata-se de definir uma comissão para o Conselho Gestor. Antônio Nelo afirma que foram realizados treinamento de licitação, de pregoeiros, duas vezes de contadores (porque mudou o sistema) e o de e-Social, todas realizadas com o fundo de sustentabilidade. Agora a perspectiva é fazer as formações de ouvidoria, da implantação do SEII. **5. ORÇAMENTO DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.** Já discutido. **6. TCU - ACÓRDÃO 1925/2019 (DISCUTIR ENTRE PRESIDENTES E TESOUREIROS).** Será feita uma reunião conjunta entre tesoureiros e presidentes sobre este ponto, com relação às novas determinações do TCU. A pauta é aprovada pelo Plenário. **4.2 GT DA APAF - EVIDENCIAR A RESOLUÇÃO CFP 018/2002 (ESTABELECE NORMAS DE ATUAÇÃO PARA OS PSICÓLOGOS EM RELAÇÃO A PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL).** Célia Zenaide explica que a proposta é encerrar o GT, ainda que este ponto não seja uma pauta prioritária na APAF. **4.3 GT DA APAF - LAICIDADE E PSICOLOGIA.** Célia pede para que o GT da laicidade seja priorizado na APAF, pois ele não foi discutido em nenhuma APAF nesta gestão, e há um produto para ser apresentado, que é uma minuta de nota que já foi apreciada pelo Plenário. A nota é lida novamente. Fabiana Itaci considera que, em relação à forma, a nota se assemelha a uma Resolução, e poderia ser feita alguma mudança para que não parecesse uma Resolução. Paulo Aguiar ressalta que a nota técnica serve para subsidiar a prática, e conferir um conceito de nota técnica, a qual tem o propósito de fazer uma avaliação de um funcionamento. Andréa Esmeraldo sugere que a nota técnica de laicidade tem mais característica de Resolução. O CFP sugerirá para APAF que a minuta seja aprovada como Resolução, e não como nota técnica. Fabiana ainda observa que a força de uma Resolução, quanto ao tema, seria muito maior, dado o contexto social atual. Célia Zenaide acredita que, para o texto virar Resolução seria importante fazer referência ao Código de Ética Art. 2º, alínea B. **4.5 GT DEMANDAS DO JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO AOS PSICÓLOGOS QUE ATUAM NAS POLÍTICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Andréa Esmeraldo afirma que o posicionamento é pedir a continuidade do GT visto que não houve tempo hábil para que o GT se reunisse desde a última APAF. Também não é ponto prioritário. Elizabeth Barbosa lembra que havia uma solicitação de criação de um GT de APAF sobre psicologia do trabalho. O entendimento no caso era o que não havia necessidade desse GT, no entanto ela quer saber qual será o posicionamento do CFP quanto a isso, caso surja na

Handwritten signatures and initials:
- A large signature at the top right.
- A signature below it.
- A signature further down.
- A signature at the bottom right.

Handwritten initials: MC

Handwritten initials: JC

Handwritten initials: AP

96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141

APAF. O posicionamento do CFP é o de que não há um objetivo específico que justifique a criação do GT. Andréa Esmeraldo afirma que esta proposta não veio como ponto de APAF, e reafirma que a criação de um GT genérico contraria a Resolução de criação de GTs. Fabiana Itaci fala da confusão habitual entre GT e Comissão. No entanto, acredita que a pauta trabalho é um dos temas mais importantes do momento. Andréa Esmeraldo sugere que a relevância do tema seja indicada no planejamento estratégico para o próximo Plenário. **4.10 GT POLÍTICAS PARA MULHERES.** Andréa Esmeraldo lembra que na APAF de maio foi aprovada uma nota técnica, no entanto o jurídico do CFP entendeu que devia reorganizar a nota técnica. Além disso, a derrubada do veto ao Projeto de Lei 2538/2019, que torna obrigatório o registro de violência contra a mulher no prontuário de atendimento médico, faz com que a nota se torne inócua, então a ideia é de que o GT continue, e o material retorne para adequar a nota à Lei e à necessidade de formatação.

6. REFERÊNCIAS TÉCNICAS E ÉTICAS PARA ATENDIMENTO À PESSOA SURDA NO ÂMBITO DA SAÚDE. Andréa Esmeraldo fala que é um ponto de pauta trazido pelo CRP 06, com o objetivo de um espaço de debate para atendimento da pessoa surda. Fabiana Itaci pergunta quais são os argumentos para o recorte na pessoa surda? Andréa Esmeraldo lê parte da justificativa do Regional, que baseia a importância desse campo na diferença de linguagem utilizada por essa população. Sustenta que o CFP deve manter as indicações de referências técnicas já feitas pelo CFP, de suicídio e automutilação e controle social, o que não impede que o assunto seja levado para que os CRPs discutam o tema. Marisa Helena concorda, e considera que esse tema não veio da base do CNP. Assim, é importante introduzir o tema no Sistema, mas não há acúmulo para produzir uma referência técnica. Célia Zenaidé acrescenta que o tema foi pautado não só pensando no atendimento a populações surdas, mas como espaço para pensar o lugar de psicólogos e psicólogas surdas. Acredita que fazer esse mapeamento seria importante. O tema incluiria também uma solicitação para a formação ser bilíngue, o que seria um tema para ser tratado na ABEP. **7. ATESTADO PSICOLÓGICO COM A FINALIDADE DE JUSTIFICAR FALTAS.** Andréa Esmeraldo fala que é um ponto do CRP-12. Lê o objetivo e os subsídios do ponto. O objetivo é o de propor Lei Complementar para que o atestado psicológico possa justificar faltas. Elizabeth Barbosa afirma que, na prática, o programa de saúde do trabalhador normalmente é terceirizado. Em alguns lugares é possível fazer uma parceria para pensar a saúde mental, mas em muitas empresas não é possível essa entrada. Esse tema é importante, está havendo alguma visibilidade quanto ao assunto, mas se trata de uma questão política. Assim, defende a ideia de que o sistema conselhos apresente junto ao parlamento essa demanda e faça incidência para levar adiante esse projeto de lei. Andréa Esmeraldo concorda com a relevância do tema, e argumenta que na resolução 06/2019, que institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional, o atestado já é reconhecido como documento expedido pelas psicólogas, e que o mesmo está vinculado à previsão da lei de criação da profissão no que se refere às atribuições da categoria. Do ponto de vista geral, o atestado psicológico está previsto numa Lei complementar de 1949, quando não havia ainda no país a regulamentação de nossa profissão, portanto só há previsão para emissão de atestado médico. O atestado odontológico foi legitimado na própria lei de criação desta profissão, porém a lei que cria a psicologia como profissão não está prevista a emissão do atestado, diferente da lei da odontologia, por exemplo, de forma que existem duas formas de legitimar o atestado psicológico: a alteração da lei Complementar, ou a alteração da Lei de Criação da Psicologia inserindo os documentos produzidos por psicólogos. Receia,

Handwritten signatures and initials on the right margin:
- A large signature at the top right.
- A signature below it.
- A signature further down.
- A signature at the bottom right.

Handwritten initials 'MO' at the bottom left.

Handwritten initials 'PB' and 'JA' at the bottom right.

143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188

entretanto, que fazer essa incidência legislativa, possa levar a uma proposta de mudança na lei que cria a psicologia, o que pode ser perigoso neste momento, dado o contexto histórico. Fabiana Itaci defende o posicionamento da Conselheira Elizabeth Barbosa, acrescentando que isso precisaria ser discutido internamente no sistema para criar ambiente político para a alteração. Elizabeth Barbosa reconsidera, entendendo que, embora já exista acúmulo sobre o tema, a análise do contexto político realmente parece indicar uma postergação dessa discussão. Rogério Giannini defende que estrategicamente esse tema não precisa ser priorizado na APAF. Se o tema surgir, que sejam utilizados estes argumentos.

8. PRODUÇÃO DE MATERIAL SUBSÍDIO QUE ORIENTE AS PSICÓLOGAS SOBRE ATUAÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Andréa Esmeraldo apresenta o tema trazido pelo CRP 12, e defende que um posicionamento semelhante ao adotado para atuação com pessoas surdas seja feito sobre este ponto. Ou seja, que o sistema discuta o tema, e produza acúmulo, mas que não seja feita uma referência técnica.

9. CRITÉRIOS PARA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS GTs DE APAF. Andréa Esmeraldo apresenta o ponto explicando que houve sugestões de alterações da Gerência Técnica e do Jurídico, de modo que a minuta deve ser reapresentada na APAF, com sugestão de pautar para a Reunião de Presidentes. Rogério Giannini se preocupa que esta Resolução dos GTs leve tempo na reunião de presidentes, e a pauta já está extensa. Fabian Rueda acredita que a Resolução de especialista é prioridade para ser levada para a reunião de presidentes, ou tomará muito tempo na APAF. Ana Sandra entende que será uma perda de tempo discutir uma questão que juridicamente não se sustenta. O encaminhamento fica o de levar os temas para a Reunião de Presidentes.

10. CREPOP: PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES 2020. Marisa Helena apresenta os slides com o tema com o projeto para o CREPOP para o próximo Plenário. Marisa Helena se posiciona contra a constituição de comissão organizadora com representantes dos CRPs para o X Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas. Marisa explica que os temas de pesquisa para 2020 acabaram sendo cinco temas, apesar de o CFP ter indicado apenas dois, o que foi um momento muito tenso da reunião do planejamento de atividades. O objetivo do ponto para APAF é apreciar o projeto de trabalho e escolher os temas de pesquisa. Ana Sandra entende que, para a escolha dos temas, se faça uma votação. Quanto à comissão, defende que precisa ser repensado o entendimento de comissão composta por todos os Regionais. Márcia Badaró defende que uma comissão com um representante de cada Região seria importante, considerando a proposta de incluir e trabalhar junto com os Regionais. Andréa Esmeraldo afirma que a participação pode ser conduzida pela rede CREPOP, com os técnicos do CREPOP que já estão em todos os regionais. Chama atenção, no entanto que o CFP propôs pesquisa sobre educação inclusiva, e a sugestão da rede CREPOP foi sobre pessoa com deficiência. Pedê que o CFP defenda o tema de educação inclusiva. Fabiana Itaci propõe um levantamento dos temas dos últimos três anos e que seja usado como critério escolher temas que ainda não foram publicados. Rogério Giannini acredita que seria complicado discutir um critério de prioridade na APAF, e que a votação simplificaria esse problema. O encaminhamento do CFP será o de defender os temas discutidos em plenário, com a proposição da mudança para o tema educação inclusiva, em lugar de pessoas com deficiência. Em seguida, utilizar o critério de votação para escolha dos dois temas. Encaminham de tirar a menção à formação da comissão da apresentação de slides.

13. PROCESSO ELEITORAL 2019. Andréa Esmeraldo informa que Iolete apresentará o balanço do processo eleitoral. Quanto à criação do GT para revisar o processo eleitoral, Ana Sandra entende que criar um GT três anos antes é muita antecedência. O posicionamento do CFP

Murad
Frank
Sim
A
J
R

ME

R *D*

190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220

é deixar o indicativo de criar o GT para pensar o regimento eleitoral um ano e meio antes das próximas eleições. **12. PEC 108/2019 - DISPÕE SOBRE A NATUREZA JURÍDICAS DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS.** Daniel Arruda explica que o ponto está pautado para APAF e para reunião de Presidentes. Recapitula que têm sido realizadas audiências públicas. Explica que se caminha para admissibilidade na CCJ, visto que o relator sinalizou que não vê inconstitucionalidade na proposta, e deve seguir para uma comissão especial. Paralelamente a isso, o Conselho de Administração, contando com a assinatura de 18 outros conselhos, fez um texto substitutivo para a proposta. O texto substitutivo afirma a natureza de direito público dos Conselhos, seu poder de polícia, a contratação por CLT e a não vinculação direta ao Executivo Federal. Rogério Giannini entende que o texto substitutivo enfraquece a luta pela inadmissibilidade. Giannini considera que essa PEC atende ao núcleo econômico do governo, mas também ao núcleo político que é contra posicionamentos progressistas adotados por alguns Conselhos. Giannini lembra que o acórdão do TCU foi usado como argumento para a PEC. **14. CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO – CBP.** Rogério Giannini explica que cabe ao FENPB organizar o CBP, e que surgiu uma proposta de criar eventos preparatórios ao CBP, articulando o FENPB com o CFP e com os Regionais. A necessidade de ir para APAF é em função de que envolve recursos para impulsionar esses congressos pela conta divulgação. Giannini lembra que o último CBP foi superavitário, mas que é importante uma injeção inicial de recursos para a realização, antes que esses recursos possam retornar em possível segundo momento. **2 ATAS 36ª PLENÁRIA.** As atas são aprovadas. **17. SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DO CRP 17.** Marisa Helena apresenta o ponto submetido pelo CRP 17 solicitando alteração do Regimento, e afirma que é favorável à aprovação da alteração. Andréa Esmeraldo pergunta sobre a comissão permanente de direitos humanos, pois ela não é permanente na Lei 5.766/71. Ana Sandra endossa esse entendimento, e afirma que inclusive o CFP já tentou tornar permanente a Comissão de Direitos Humanos, e que isso não foi possível. O encaminhamento é o de que a comissão de direitos humanos não seja permanente no Regimento Interno do Regional. A alteração do Regimento é aprovada com alterações. A Plenária é encerrada às treze horas e quarenta e oito minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Andréa Esmeraldo, Conselheira-Secretária do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Daniel S. Arruda
para o envio da ata
maqs

Rogério Giannini
A

[Signature]

[Signature]
[Signature]